



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE JUNHO DE 1996

Visitei programas desse tipo, feitos pelo BNDES e pelo Banco do Nordeste. Vi lá, em Touros, no Rio Grande do Norte – já me referi a isso – uma pequena cooperativa, na questão da pesca. O BNDES está desenvolvendo muito esse tipo de programa. Nós pedimos que organizações não-governamentais avaliassem o programa, porque não adianta só fazer o programa, tem que avaliá-lo, tem que corrigi-lo; mas avaliar olhando, indo lá, vendo, e não avaliar com conceitos, analisando. É importante ter essa mentalidade e é importante que o Governo seja humilde, que corrija o que estiver errado. Que não pensem que, ao dizer isso, estou dizendo: está feito. Não. Eu estou propondo. Que corrijam, que peçam outras coisas, que vão lá analisar. Para isso, estão criados esses conselhos e outros mais.

Pois bem, aqui estão. Os empregos gerados estão marcados aí ao lado. Vocês vão perceber, também, quantos milhares de pessoas, nesses programas, vão ser atendidos. Dou muita importância ao Pronaf, que é um programa de agricultura familiar. Não adianta falar – e eu falarei já – sobre reforma agrária, se não houver um programa de agricultura familiar que seja um programa de economia de subsis-

tência, ou de quase subsistência, do pequeno proprietário, que tem de estar atendido nas coisas elementares. E, quando eu falar sobre isso, direi a importância de mudarmos certas práticas do próprio Estado.

Além desse programa, do Proger, temos o programa de formação e reciclagem profissional. Aí, nós estamos aplicando, neste ano, 300 milhões de reais e vamos aplicar, em 1997/1998, 950 milhões. Multiplicamos por cinco, de um ano para o outro. E eu lhes peço a atenção: quando forem ler o orçamento, leiam-no com duas preocupações. Primeiro, não adianta olhar o orçamento. Tem que ver o executado, porque o orçamento, no Brasil, com a inflação que havia no passado, não diz nada. Era só colocar lá, depois não executa. Tem que ver quanto foi gasto mesmo. E, depois, o que tem que ver não é o quantitativo global, e, sim, o que foi gasto no subprograma, porque, às vezes, se gasta muito e vai para pessoal burocrático, adianta pouco; ou vai para um programa que não tem efeito. Tem que ver se os programas sensíveis – estou pedindo que sejam fiscais disso – estão realmente sendo bem, digamos, atendidos através das medidas tomadas.

Pois bem, para isso tudo, nós precisamos, também, aumentar a eficiência das políticas sociais. A sociedade está, cada vez mais, digamos, ansiosa por resultados. E é bom que assim seja. Ela está cada vez menos tolerante, a tal ponto que dá a impressão de que se quer que a dívida social, que é imensa e é secular, seja paga em um ano. Tem que ser paga em prestações, mas tem que ser paga. E tem-se que saber se, realmente, ao pagar a prestação, não se está aumentando o capital inicial, se o principal não está crescendo, porque, se o principal estiver crescendo, você paga e não resolve. Então, tem que haver, realmente, um critério de controle disso.

Mas a sociedade está cada vez mais nervosa com a falta de eficiência. Tem uma tabela, aí, que vocês podem ver. Não creio que seja necessário olhar muito. Essa aí mostra quais são os gastos, como está crescendo o gasto social do Governo Federal, em bilhões de reais. Mas eu repito: daqui por diante, não é só ver se tem o gasto, e, sim, qual foi o desempenho e se ele, efetivamente, atingiu o resultado.

E aí tem um outro quadro, que eu peço que mostrem, que é uma questão crucial, hoje: a questão da reforma agrária. Aí está o número de famílias assentadas. Não vou entrar em discussão, não vou saber por que esses números são... A fonte é o Incra. Muito bem, não importa saber... Alguns vão dizer: "Não, aqui 42 mil, 912 famílias." Eu já vi os RGs de cada uma; me mostraram, tirei fotografia. Agora, vão dizer: "Bom, mas não foi assentado, foi só regularizado." Só que os outros também. "Ah, mas a terra não foi desapropriada nesse ano." É claro que não. Eu estou desapropriando agora, para o ano que vem.

Então, não é assim que se avança. Não é levantando, fazendo quizília, dessa maneira, que se avança. Precisa-se perguntar é outra coisa – eu até quero verificar, depois, a resposta do Incra: se os dados anteriores têm o mesmo critério – a média era 16 mil, deu 42 mil –, se o critério foi o mesmo; se, no passado, também, os computados são aqueles que foram regularizados; se, no passado, como é óbvio, as terras não foram desapropriadas naquele ano, porque nunca são, e só no ano anterior. Essa discussão é vazia.

É esse o dado. Nós fizemos um imenso esforço e vamos continuar fazendo. Neste ano, nós queremos assentar 60 mil famílias. Eu recebi os dirigentes do Movimento dos Sem-Terra. Aliás, recebi hoje um fax de um deles, para cobrar – e eu cobro aqui também – a lei a respeito da questão das liminares, que parece que foi levada para o plenário da Câmara.

É assim mesmo que se faz a coisa. O Congresso tem sua autonomia, já que eu – por mais que alguns queiram – não sou, não quero e não serei ditador. Tem que haver regras, tem que haver a Constituição. Dentro da Constituição, eu forço o que posso, numa certa direção. No caso da reforma agrária é isso. Nós vamos fazer, dentro da Constituição, um esforço muito grande. Estamos fazendo. Não adianta pedir MP, medida provisória. Sabe por quê? Porque a Constituição proíbe, proíbe que eu faça MP sobre matérias que são de lei complementar ou de código, e essas matérias são de lei complementar. Então, não podem pedir que o Presidente da República transgrida a Constituição, não tem sentido.

Agora, dentro das regras do que eu posso, estamos fazendo. Neste ano, vamos assentar 60 mil. Essa é a meta que nós achamos possível. Por que nós achamos possível? E que não me entendam mal: não é questão de recursos. Isso não quer dizer que o Incra tenha recurso para ter gasolina para automóvel no Piauí – eu não sei se tem ou não tem, talvez até nem tenha. Mas o recurso dado, em tese e em gênero, não resolve. A meta tem que ser física: quantos estão sendo assentados? Estão ou não estão sendo assentados? Porque, senão, pode-se dar o recurso, mas o recurso desaparece em meio à burocracia, não adianta.

Eu tenho outra impressão: acho que é preciso ter menos recurso e mais eficiência. Ou melhor: os recursos adotados para aquelas áreas que são realmente sensíveis não são menos; mas não serão desperdiçados em áreas que não terão efeito. Tem que haver um controle da qualidade do recurso, do uso do recurso, do desempenho, da eficiência. Quarenta e duas mil famílias são o máximo que já foi feito, pelo menos pelos dados que eu tenho do Brasil. Sessenta mil serão uma coisa absoluta. Duzentos e oitenta mil, que é a meta do meu programa de quatro anos, que, como eu disse, foi aprovado pelo povo, é muito. Mas comparem com o número dos que necessitam.

Essa comparação é sempre cruel no Brasil. Mas não podemos derivar, dessa comparação, um obstáculo àqueles que estão fazendo o máximo que podem fazer. Não se pode utilizar uma comparação, que será sempre de dizer “Não fez quase nada”, para aqueles que estão fazendo, porque vão apenas limitar a ação dos que estão fazendo, sem que se beneficiem em nada os que necessitam. É ao contrário: tem que se pedir mais apoio da sociedade, para se fazer mais, mais mecanismos que permitam ao Governo fazer mais. Porque a máquina estatal não fomos nós quem criou, ela está aí e tem muitos problemas. Ela também tem que melhorar e ser atendida em certas demandas, mas ela não tem capacidade para ir além de certo limite. O Estado, nesse sentido, seria uma máquina, também, que pode produzir x , e não $x + y$. Quem quiser $x + y$ ajude a mudar a máquina, me dêem a reforma administrativa, deixem que eu economize em pessoal, para que tenha mais recursos para a ação efetiva. Mas, ao não darem a

reforma administrativa e pedirem que se faça mais, o argumento não é correto, porque está embutido nele uma impossibilidade de antemão. Não é certo, não é justo, não é honesto.

Nós vamos fazer com muito empenho, como estamos fazendo. Fiz o máximo que podia fazer, que é nomear um Ministro especial para a reforma agrária, para ficar ligado diretamente a mim, porque não existe módulo administrativo, nem é bom que um órgão da administração fique ligado à Presidência, que era a demanda que existia. Mas está demonstrado, com clareza, o empenho. Agora, o empenho não pode ser só meu. E o empenho não pode ser, repito, de pedir sempre mais, pedir o impossível. Quem pede o impossível não quer nada. O que se tem que verificar é se se avançou, se se está utilizando o máximo de que se dispõe, e não pedir algo que se sabe, de antemão, que não dá para atender, porque é algo de que não se dispõe.

Renovo o apelo: é preciso modificar certos aspectos da legislação. E nós estamos modificando. As leis, algumas delas são do Governo, com negociação no Congresso, porque nós estamos vivendo numa democracia, e, numa democracia, o Congresso é soberano. O Presidente da República diz o que pensa, seus Ministros dizem, fazem pressão, mas respeitam as decisões, porque a maioria é a regra da democracia. Acho que eu me empenharei ao máximo, nessa questão, dentro desses limites, que são fundamentais.

Agora, acho que temos que olhar, também (tem uma outra tabela, ou melhor, duas, mas passa rápido, porque, simplesmente, são os gastos do desenvolvimento social, de investimentos de custeio da União, no plano plurianual e, depois, a mesma coisa, de uma forma diferente), o que eu queria mostrar, que é o seguinte: temos recursos, estamos usando-os, estamos tentando maximizar os recursos, em termos numéricos, mas a questão fundamental é: como é que se gasta melhor?

A regra é a descentralização. Peguem a reforma agrária. Não se trata da municipalização. Não é pegar a responsabilidade do Governo Federal e entregar ao prefeito, que vai ser submetido a pressões dos latifundiários e que não vai poder fazer. Não, isso não é certo. É descentralizar, como nós estamos fazendo na saúde, na educação.

Todo o mundo queria o SUS. Por quê? Porque o SUS permite um atendimento mais... O SUS é o Sistema Único de Saúde, descentralizado, conjunto, parceria Governo Federal, Governo Municipal e Governo Estadual. Recursos vão do Governo Federal, os outros somam os seus recursos. E há Conselhos que controlam.

Com a questão da reforma agrária tem que ser do mesmo modo. Nós temos que descentralizar, porque de Brasília, do Incra, por mais que o Ministro e o Presidente do Incra queiram, não se vai fazer, vai se enganar. E eu não vou criar mais burocracia ministerial e um ministério novo. Não se trata disso. Trata-se de um Ministro que vai agilizar esses processos, inclusive o da descentralização.

E essa descentralização é em tudo. Eu vou dar o exemplo da saúde, com os gráficos aí. Aí nós temos, na saúde, 1994, 1995. Nos programas de saúde da família, são 328 equipes em 1994; 687 em 1995. Atendiam a 66 municípios, 65; vão atender a 177. Agentes comunitários de saúde passaram de 29 mil para cerca de 35 ou 36 mil, e vamos a 40 e poucos mil, e a 50 mil este ano. Programa de suplementação alimentar do “Leite é saúde”: passou-se de – eu não sei qual é a unidade aqui – 480 a 915 programas, municípios conveniados. Ocorre a mesma coisa nas campanhas de casos de tétano neonatal, na cobertura das campanhas, com 95% dos municípios cobertos pelas campanhas. E o Hospital Amigo das Crianças passou de 11 para 22. Como é que se está fazendo isso? É valorizando o SUS, é valorizando a descentralização.

Nós precisamos de mais recursos para a saúde, por isso o Presidente da República e o Governo se empenham na aprovação da contribuição financeira provisória para a saúde. Eu já disse isso dez vezes, para que não tenham dúvida, porque nós precisamos de recursos. Não sei se o imposto é bonito ou é feio, mas ele vai pegar no bolso de quem tem, e não de quem não tem. Porque quem tem cheque é quem tem.

Então, nós precisamos desse recurso, para poder ampliar esse mecanismo de atendimento da saúde. Há efeitos que aparecem, nesse caso, e vou mostrá-los já. Mas, antes disso, quero dizer que, na questão da educação, fizemos a mesma coisa. Por exemplo, nós multipli-

camos de 60 milhões para 110 milhões o número de livros distribuídos. O valor, de 159 milhões, subiu para 217 milhões. E nós fizemos com que isso fosse atendido, até março, em 98% dos municípios.

Pouca gente sabe, num programa, o que significa dar 110 milhões de livros. E é preciso fazer isso. Isso é programa social também, é a universalização do acesso à educação. Mas, o mais importante não é nem isso, o mais importante é o que estamos fazendo pelo professor. O Congresso vai votar, já, o plano de valorização do professor, para melhorar o salário dele; e temos a TV Educativa, para treinar o professor. Estamos universalizando, portanto, o acesso à educação.

Nós não sabemos quantas crianças andam fora da escola, precisamos saber melhor os dados, vê-los melhor. Isso lembra a questão dos meninos de rua; eram milhões, fomos verificar, são poucos milhares. Isso não diminui o problema, o drama, nem em semanas, nem em meses. Às vezes, são anos. Não tem importância. Nós não estamos aqui como o camêlo, para vender a salvação dos mais pobres. Nós estamos aqui como gente convicta, comprometida com a mudança do Brasil e que, portanto, não se rende a argumentos baratos nem fica assustada com qualquer gritaria, dizendo que houve isso ou aquilo, desde que a direção seja contínua para provocar as mudanças que nós estamos provocando.

Temos também uma tabela que pode mostrar, mais adiante, quais são as regiões mais atendidas. É óbvio que a Região Sudeste, proporcionalmente, tem um maior número de municípios, e os municípios atendidos pela Comunidade Solidária vão estar mais na Região Nordeste, proporcionalmente. Podem ver: na proporção, a Região Norte, a Região Nordeste e a Região Sudeste... E a Região Sul e a Sudeste são as que têm menos atendimento, porque são as que têm menos municípios em situação de carência. É por essa razão que isso aparece assim.

Bom, além disso, eu creio que... Já devo tê-los cansado bastante com a ênfase que dei para mostrar o quadro geral, porque, se nós não temos um quadro geral, nós nunca chegaremos, realmente, a entender qual é o objetivo, quais são as questões. Mas eu queria dizer o seguinte: nós vamos nos empenhar a fundo – esse “nós” eu espero

que sejamos nós mesmos, e não apenas um setor da sociedade brasileira, ou só o Presidente, ou só o Governo. O Presidente não tem nenhuma dúvida quanto ao seu interesse, pessoal e direto, nessas matérias, nenhuma dúvida. Só que ele tem essa concepção que aqui está, não tem outra, e foi eleito com essa. Ou seja, eu não vejo as coisas separadamente. Então, tenho que atacar, simultaneamente, os programas universais, o crescimento econômico, a modernização do Estado, as reformas administrativas e os bolsões de miséria, porque, se não for assim, eu não vou resolver, eu vou dar ilusão. Pode ser até que eu faça bonito: acabei com um problema num lugar; vai e publica onde seja; batem palmas. Não é o meu jeito. Não é o nosso jeito. Isso é jeito do passado. Também, não é nosso jeito brilhar às custas da pobreza. Não é nosso jeito.

Nosso jeito é trabalhar com seriedade, com persistência, com muito afinho, com muita vontade de mudar, mas somando forças, convergindo, pedindo mais e com humildade. Se, de vez em quando, eu tomo um tom, assim, mais agressivo, é por indignação, às vezes, é por vontade de que as coisas vão mais depressa. Mas eu sei que a gente tem que ouvir, tem que aprender, tem que, realmente, entender que a crítica, mesmo quando ela, às vezes, está mal baseada, ela também tem o mesmo propósito nosso, que é de melhorar. E nós temos que aceitar isso, temos que nos entender dessa maneira.

Mas acho que temos que ter uma visão de futuro. E, para ter essa visão de futuro, que já temos na economia, nós temos que pensar no social, com todo esse empenho que estamos tendo, e vamos ter mais; temos que pensar na geração futura, nas crianças, temos que ter um foco nisso. Nós temos que fazer, realmente, um grande esforço, porque aí dá para você, realmente, numa série de programas e de projetos, imaginar para daqui a 20 anos, e quem não imaginar daqui a 20 anos estará atrasado, quem não tiver horizonte não fará nada senão uma ação pequenininha, que pode fazer estridência hoje, mas se perde no tempo. Nós precisamos, realmente, ter uma nova geração, diferente.

Ao pensar na criança, no trabalho escravo, na violência contra a criança, na exploração sexual, acho que nós devíamos dar uma atenção toda especial – aí, sim, toda especial, com muito empenho. Acredito que, aí, nós teríamos que fazer uma parceria muito grande, pedir mais, porque essa é a verdadeira âncora social, se eu posso usar essa palavra.

Temos a âncora cambial, a âncora monetária, dos economistas – fora os marinheiros, que têm muitas âncoras (*risos*) –, mas nós precisamos de âncora social. Quer dizer, em que nós vamos assentar a nossa sociedade? É em tudo isso que é social, mas é o futuro. Então, nós temos que preparar esse futuro já. E aí o foco tem que ser muito a questão da criança. Para isso, temos que realmente nos mobilizar mais. E a mobilização não se faz com o pé atrás, não se faz. Precisamos ter, realmente, uma espécie de crédito de confiança recíproco, ou de todas as direções, de boa-fé e vontade mesmo de unir para resolver a questão e olhar a criança como sendo um foco, mas com muita ênfase nessas questões todas e em parceria com a sociedade, fazendo com que as pessoas se toquem mais.

Algumas empresas no Comunidade Solidária já se tocaram. Poucas ainda, pouquíssimas. O crescimento econômico é muito forte, os lucros vão ser muito altos, o investimento está vindo. Estamos preparando um Brasil que vai ser um Brasil próspero. Não vai, se não houver um esforço grande para enfrentar a questão social.

O Governo está mostrando o que está pondo de recursos do que tem, do pouco que tem, porque a verdade é essa. Então, nós precisamos de mais apoio do setor privado e das organizações sociais em geral, para que possamos, efetivamente, marchar nessa direção, porque o desafio é muito grande.

Nós pedimos ao BID – e o Ministro Paulo Renato veio de lá agora – 150 milhões de dólares, que vamos ter, que são precisamente para as ONGs, para que possamos fazer com que essas ONGs tenham o foco nesse plano, na questão da criança, na questão do trabalho escravo, na questão dessas vergonhas, dessas nódoas do Brasil; e que elas possam enfocar o treinamento de formação profissional, treinamento

do jovem, da juventude, a universidade solidária, e fazer com que o pessoal mais jovem se jogue, como se jogou, na universidade solidária, para olhar a situação da população. É muito fácil escrever um comentário em um jornal ou um decreto meu, aqui. O problema é ir lá ver um pouco, olhar, um pouquinho que seja, para ver qual é a situação e para ver o que dá para mudar.

Então, acho que está na hora, com esses recursos que eu creio que virão, de pedir que mais ONGs se joguem, mas se joguem com eixo, somando forças, fazendo com que, realmente, os efeitos sejam multiplicadores e com que nós possamos ter uma crítica baseada na realidade, porque é difícil ter acesso e ter noção. Qual é o efeito do programa? Não adianta fazer programa e não medir o efeito. E nós não temos no Brasil, no Governo, instrumentos para isso.

Se tivermos recursos do BID, se alguns grupos de ONGs puderem realmente – e já o fazem – aumentar a sua capacidade de medir efeito, de propor situações novas, ter maior criatividade, nós vamos avançar.

Acho que é um tremendo desafio este que estamos enfrentando no Brasil, na nossa sociedade, no seu conjunto. É um desafio enorme. Nós já temos sinais muito claros, muito convincentes, de que é possível superá-lo. Não conseguimos ainda, não tenhamos ilusões quanto a isso, a estabilização da economia em termos da moeda, mas estamos a caminho disso. Estamos a caminho da reforma, com os vaivéns normais de uma democracia. E eu insisto muito que é importante que seja numa democracia.

Estamos avançando. Vamos avançar mais. Agora está na hora de nós realmente fazermos um empenho imenso no social.

Eu não queria, hoje, aqui, como não fiz, trazer um plano. A idéia é um pouco antiga. Plano é quando você tinha um governo central poderoso, que tinha tecnocrata que decidia, que fazia. Não é mais assim. Agora é muito mais do que um plano. É uma motivação. Você pode ter objetivos, metas, rumos. Você pode ter um caminho, você pode fazer ligações. Mas quem imagina que com um plano resolve as coisas, meu Deus, está velho, tem décadas – e quem fala aqui foi planejador, como muitos de nós aqui, na Cepal, no ILPES.

Quantos planos? Eu fiz plano para o Uruguai, fiz plano para o Peru. Quantos planos? Nenhum deles foi implementado de verdade. Plano, hoje, é outra coisa. É convicção, motivação, até mesmo confusão, até mesmo uma certa tensão, desde que ela seja criadora e desde que ela aponte um certo rumo. Acho que é nisso que temos que ter convicção. E o Brasil tem rumo.

Faço um apelo, aqui, a toda a sociedade e em especial aos que estão aqui: nós precisamos de vocês. Não sou eu não. Esse “nós” tem que ser muito abrangente, para esses fins, tem que ser muito abrangente.

Com isso, nós vamos superar os desafios e construir uma nação decente, uma nação onde, realmente, não reproduzamos as desigualdades, porque, sem isso, ela pode crescer na economia, pode ter um governo que vá bem, em pesquisa e nas urnas, mas ela não vai ser capaz de fazer o que realmente é preciso fazer, que é uma nação onde se universalizem os direitos e onde o atendimento às pessoas seja realmente universal; onde nós possamos, um dia, não nos preocupar mais com bolsões de miséria, porque eles terão acabado.

Muito obrigado.